

Breve trajetória filosófico-gramatical das partes do discurso (classes de palavras) na obra de Dionísio Trácio

Jefferson Evaristo¹

Rayssa Marinho²

Resumo:

Que as classes de palavras – ou, para usar termos mais específicos à nossa proposta, as “partes do discurso” – são uma contribuição dos gregos para nós, é algo já sabido e atestado por diferentes autores e trabalhos, a exemplo de Borges Neto (2023), Azeredo (2021), Vieira (2018; 2015) e Neves (2005), para citar uma lista bastante breve. Ainda assim, o tema é bastante relevante e pertinente aos nossos tempos, especialmente quando consideramos a produção linguístico-gramatical dos séculos XX e, de maneira ainda mais particular, do XXI, com todas as mudanças de perspectiva dadas a partir da linguística. Retornar ao passado, num jogo de leitura e interpretação historiográfica (Kaltner, 2023; Gueiros e Vieira, 2022; Batista, 2019; Swiggers, 2019; Koerner, 2014), torna-se, então, fundamental. Nosso texto, portanto, se propõe a apresentar uma breve trajetória do conceito de partes do discurso, em Dionísio Trácio, retornando às suas premissas e bases para encontrar no discurso filosófico as origens desse pensamento que se perpetua e que, com modificações, persiste ainda (redundante) hoje (Vieira, 2018).

Palavras-chave: Dionísio Trácio. Gramática. História da gramática. Historiografia. Partes do discurso.

Introdução

Que as classes de palavras – ou, para usar termos mais específicos à nossa proposta, as “partes do discurso” – são uma contribuição dos gregos para nós, é algo já sabido e atestado por diferentes autores e trabalhos, a exemplo de Borges Neto (2023), Azeredo (2021), Vieira (2018; 2015) e Neves (2005), para citar uma lista bastante breve.

Ainda assim, o tema é bastante relevante e pertinente aos nossos tempos, especialmente quando consideramos a produção linguístico-gramatical dos séculos XX e, de maneira ainda mais particular, do XXI, com todas as mudanças de perspectiva dadas a partir da linguística. Retornar ao passado, num jogo de leitura e interpretação

¹ Pós-doutor em Língua Portuguesa pela UPM (2023), doutor em Língua Portuguesa pela UERJ (2020) e doutor em Letras Neolatinas (língua italiana) pela UFRJ (2019). Professor de língua portuguesa na UERJ, atuando no PGLetras, no PPLIN/FFP e no PPGLILP. Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) e Procientista da UERJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7561-5400>. E-mail: jeffersonpn@yahoo.com.br.

² Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa pela UERJ, mestre em Letras pela UERJ. <https://orcid.org/0009-0003-7634-4539>. E-mail: rayssaredatora@gmail.com.

historiográfica (Kaltner, 2023; Gueiros e Vieira, 2022; Batista, 2019; Swiggers, 2019; Koerner, 2014), torna-se, então, fundamental.

Nosso texto, portanto, se propõe a apresentar uma breve trajetória do conceito de partes do discurso, em Dionísio Trácio, retornando às suas premissas e bases para encontrar no discurso filosófico as origens desse pensamento que se perpetua e que, com modificações, persiste até hoje (Vieira, 2018). Didaticamente, nosso texto está dividido da seguinte forma: nesta seção, a primeira, apresentamos nossa proposta e damos as orientações preliminares aos leitores; na segunda parte, falamos sobre como o discurso filosófico foi fundamental para a criação de um pensamento gramatical no mundo grego; na sequência, como continuidade, abordamos esse mesmo discurso de maneira aplicada ao contexto de nossa análise; encerra este texto uma seção com algumas considerações finais.

O discurso filosófico e as origens do pensamento gramatical

A gramática teve suas origens no mundo ocidental por volta do século II a.C., na Grécia, onde se desenvolveu como um componente da lógica. Durante esse período, a Grécia estava sob o domínio da Macedônia, cujo rei Alexandre³ não reprimiu a influência cultural de seu império sobre as terras que conquistou. Nesse sentido, Rossetti (2008) mostra como o período estava marcado, no plano escrito, pela preservação de cópias de textos diversos, mas também pela falsificação de textos e pela variação linguística, o que demandou dos filólogos alexandrinos um trabalho fundamental, que perpassaria gerações (Cabraia, 2005).

Segundo Vieira (2018), na tentativa de preservar a suposta língua "correta" de Homero⁴ e evitar as influências "bárbaras" que permeavam os territórios macedônios, os gramáticos alexandrinos reconheceram que a língua havia passado por mudanças ao longo do tempo, mas avaliaram-nas de forma negativa. Desse modo, tinham o desejo de equiparar o grego escrito nos séculos VI e V a.C., em Atenas, ao grego falado no século III a.C., em Alexandria.

³ 356 a.C. - 323 a.C.

⁴ VIII a.C

Assim, os primeiros filólogos e gramáticos da história ocidental estabeleceram julgamentos negativos em relação às inevitáveis transformações da língua e perceberam as diferenças que a linguagem usada nos textos de Homero havia experimentado ao longo do tempo, afastando-se do padrão clássico. Esse zelo pela preservação da forma "pura" da linguagem homérica influenciou profundamente o desenvolvimento subsequente do estudo linguístico e gramatical nas línguas ocidentais.

Inicialmente, a retórica emergiu concomitantemente ao desenvolvimento da *pólis* e, em paralelo, à evolução da linguagem poética (Neves, 2005). Nesse contexto, a linguagem que estava presente nos discursos dos heróis homéricos durante suas assembleias ganhou forma e deu origem a uma nova tradição: a linguagem dos oradores e a linguagem poética (Rohden, 1997).

É Neves (2005) quem vai trazer uma sistematização importante do período. Assim, Λόγος, o *logos*⁵, é citado nos poemas e, embora não seja abordado de um modo reflexivo, é percebido para além das noções sobre a linguagem aceitas inicialmente, na qual as definições iniciais o traziam como uma força material e física que se confundia com a força do corpo e da natureza. Assim, em Homero não existem consideráveis fundamentações teóricas sobre a linguagem, visto que ela aparece principalmente relacionada à vivência, sendo o falar associado ao agir.

Em *Ilíada*, no século IX a.C, a supremacia de Zeus se manifesta tanto em suas ações quanto em suas palavras; Zeus se expressa com poder e age com eficiência; sua palavra é uma manifestação de sua vontade. Os deuses obedecem, e nenhum outro ser divino ousa desafiá-lo (Neves, 2005).

No entanto, ao examinarmos as obras de Hesíodo⁶, percebemos que essa ligação direta entre fala e ação não é mais tão evidente. Há uma revelação de uma ordem subjacente no mundo, em que as palavras de Zeus têm um significado mais amplo e profundo. Por outro lado, Píndaro⁷ nos oferece uma perspectiva diferente, onde a linguagem adquire uma autonomia própria. Nesse contexto, as palavras ganham primazia

⁵ Conceito bastante polissêmico, podendo dizer respeito desde à “palavra”, “verbo”, “sentença” (Neves, 2022, p. 639-640), num sentido mais linguístico, até “a razão enquanto substância ou causa do mundo” (Abbagnano, 2007, p. 630), num sentido mais filosófico.

⁶ VII a.C.

⁷ 521-441 a.C.

sobre as ações, pois é através dos poetas que os mortais conseguem preservar e aumentar sua glória, complementando, assim, a sua criação e objetivo no mundo (Neves, 2005).

A partir dessa contextualização breve, é possível perceber a presença do pensamento sobre a linguagem antes mesmo de sua consolidação enquanto compêndio gramatical, mostrando que, de fato, “bem cedo se verifica, na história do pensamento grego, uma grande atenção dada à consideração dos fatos de linguagem” (Neves, 2005, p. 19). Para Lobato (1986), os estudos sobre a linguagem na Grécia Antiga podem ser divididos em quatro períodos: o pré-socrático; o socrático (ou sistemático); o estoico e o alexandrino.

O período pré-socrático, também chamado de naturalismo, estende-se do início do século VI a.C. até aproximadamente o final do século V a.C. Segundo Madjarof (1997), os filósofos desse período buscam principalmente voltar-se para as questões cosmológicas, explorando a composição, origem e transformações do mundo externo. Assim, a ideia de língua era vista como uma preocupação intrinsecamente ligada à natureza, ou seja, como um componente do universo (Roma *et al.* 2020).

Para Tales de Mileto⁸, evidenciava-se a ideia central de que a origem de todas as coisas era a natureza, expressa na terminologia da época como *physis*. Essa palavra abarcava tanto a noção de uma “fonte original quanto a de um processo de surgimento e desenvolvimento” (Souza, 1996, p. 19). Em outras palavras, *physis* correspondia à concepção de *gênese*, representando a ideia de que a água era o fundamento inicial e o motor de todas as coisas.

Anaximandro⁹ acreditava que o universo tinha se originado a partir de transformações que ocorreram em um princípio fundamental chamado *arché*. Esse início é identificado como o *ápeiron*, que pode ser interpretado como algo infinito e sem limites. Já para Anaxímenes¹⁰, “o universo resultaria das transformações de um ar infinito (*pneuma ápeiron*)” (Souza, 1996, p. 20).

O segundo momento, marcado pela era Socrática, denomina-se período sistemático, também conhecido como antropológico, sendo este o apogeu na história do pensamento grego. Nesse momento, a atenção volta-se ao homem e tem-se a junção da

⁸ 624-548 a.C.

⁹ 610-546 a.C.

¹⁰ 588-524 a.C.

preocupação com a natureza às questões relativas ao ser/espírito. Nessa fase, surgem nomes de grande representatividade para a discussão filosófica ocidental, como os sofistas, Sócrates e Platão (Rossetti, 2008; Madjarof, 1997).

Os sofistas tinham preocupação com a arte política, com o estudo de um compêndio de regras para a conduta prática; não se tratava de buscar uma verdade universal, mas de ganhar discussões e de deter a razão: a arte de persuadir. Com isso, falam de forma eloquente sobre qualquer matéria, com o objetivo de aparentar possuir um conhecimento extenso sobre vários assuntos, quando, na verdade, só possuem a arte de falar eficientemente. Para Platão, o saber a propósito de tudo demonstra uma falsa assertiva da ciência universal. Para Aristóteles, os sofistas têm um conhecimento aparente, sem profundidade ou realidade (Neves, 2005).

Platão dá um salto substancial para os estudos gramaticais, apresentando, pela primeira vez, a linguagem como objeto de estudo. A palavra deixa de ser vista apenas no âmbito da persuasão, como o era para os sofistas, e passa a ser vista como uma linguagem de verdade (Neves, 2005). Especialmente no *Crátilo* e no *Sofista*, abordam-se questões linguísticas relacionadas à origem da língua, à formação fonética das palavras e às suas estruturas etimológicas, à interconexão entre a forma e o significado das palavras, bem como à arbitrariedade dos signos. Em continuidade, Aristóteles expandiu os estudos linguísticos iniciados por Platão, enriquecendo a compreensão da natureza da linguagem e sua organização.

O período estoico, situado no século III a.C, separa as questões linguísticas da filosofia, dissociando-as. Além disso, contempla a linguagem como uma expressão do pensamento, sendo esta usada para compreender o que acontece na mente humana. Embora tenham ordenado e reconhecido a autonomia da linguagem em relação ao campo filosófico, o estoicismo não constituiu elaborações sistemáticas a respeito da língua. Consoante Vieira (2015, p. 66):

convictos de que a língua era a expressão do pensamento e dos sentimentos, os discípulos de Zenão de Cítio, fundador do estoicismo, trataram da pronúncia, da etimologia e da gramática (classes de palavras e paradigmas flexionais), embora ainda não como um fim em si mesmo, mas sim a serviço de suas investigações filosóficas.

Por último, antes de adentrarmos no último momento da divisão retrocitada, é crucial mencionar que a disciplina gramatical teve sua origem durante a era helenística, um período que abrangeu a história da Grécia e partes do Oriente Médio desde a morte de Alexandre, o Grande, em 323 a.C., até a anexação da península grega e de suas ilhas por Roma em 146 a.C. Conforme observado por Neves (2005), esse contexto marcou o surgimento da gramática como um campo de estudo e a luta pela preservação da cultura, desempenhando igualmente um papel significativo na disseminação e na expansão da cultura grega clássica.

Assim, o período Alexandrino foi um marco nos estudos gramaticais, com os gregos interessados nos estudos da linguagem como parte dos estudos literários. A partir das construções e elaborações filosóficas feitas nos séculos anteriores, os alexandrinos prescreveram normas e um padrão linguístico grego com base nos poemas homéricos, trazendo, assim, na prática, a doutrina gramatical tradicional (Vieira, 2015).

Conforme Bagno (2011) destaca, os gramáticos alexandrinos foram os precursores do campo doutrinário da linguagem, criando um aparato teórico de gramatização com o objetivo de desenvolver uma gramática modelar. Na perspectiva deles, somente a linguagem escrita literária mereceria uma investigação completa, análise, descrição e teorização, sendo a única adequada para estabelecer padrões para uma "boa fala" e uma "boa escrita". Dentro desse contexto, a fala era considerada como algo rudimentar e desorganizado, sujeita a erros inimagináveis, enquanto a escrita, concebida como uniforme, era vista como clara e regulamentada (Bagno, 2011).

Convém enfatizar a contribuição de Dionísio Trácio no contexto dos estudiosos alexandrinos, uma vez que ele desempenhou um papel pioneiro na elaboração da *Tekhné Grammatiké*. “A gramática de Dionísio Trácio (“τέττη”) é considerada a primeira gramática do Ocidente” (Silva, 2018, p. 1), um marco que moldou profundamente as abordagens e os modelos gramaticais que persistem até os dias atuais. Dessa forma, tem-se um desvio da vertente filosófica sobre a linguagem e inicia-se, embora sejam sucessores dos filósofos gregos, um período doutrinário com estudos mais centrados na linguagem.

Por sua gênese associada à filosofia, é claramente visível a influência das bases filosóficas gregas na formação dos estudos gramaticais, resultando em um legado duradouro que ainda é discernível e pode ser identificado nas gramáticas ocidentais até

os dias de hoje. Ao longo dos períodos abordados neste texto, apontamos como os filósofos destacaram-se pelas suas diversas contribuições à pesquisa linguística, culminando no desenvolvimento da gramática concebida por Dionísio Trácio.

Seguindo-se a essa breve análise da evolução da gramática no contexto ocidental e das épocas que a influenciaram, a próxima seção abordará como as bases filosóficas originaram o que hoje reconhecemos como as classes gramaticais.

O discurso filosófico e a construção da noção de partes do discurso

“Como quase tudo que pertence à cultura intelectual do Ocidente, a análise da linguagem dá seus primeiros passos na filosofia grega dos anos 400-300 a.C” (Azeredo, 2021, p. 302). No diálogo "Político" de Platão (não está nas referências), o filósofo abordou a concepção de categorias, visando a desenvolver um método para classificar objetos com base em suas características. No entanto, foi seu discípulo Aristóteles quem levou esse tema a um nível mais profundo em suas obras "Categorias" e "Da Interpretação", que ficaram conhecidas como o "Órganon", tratado que expõe a lógica aristotélica.

A teoria linguística em Aristóteles pode ser compilada a partir da teoria e da observação de que a realidade é expressa por meio da linguagem (Neves, 2005). Além disso, é possível compreender o pensamento da estrutura da língua como correspondência da estrutura da realidade concreta; isto é, categorizar o mundo por intermédio da linguagem é entendê-lo e ampliar a compreensão para as coisas que o compõem. Assim, examinar o real só é possível por meio da categoria linguística.

O filósofo destaca no Órganon que o exercício da linguagem é eminentemente humano; já na Política, Aristóteles aborda a natureza humana da linguagem e sua relação com o ser humano como animal político. Com uma fundamentação biológica, ele argumenta que o homem é capaz de produzir sons e organizá-los em uma língua, permitindo a expressão de suas concepções e distinções sobre o mundo — como o justo e o injusto, o bem e o mal, o conveniente e o inconveniente.

Em Categorias, Aristóteles debruça-se sobre o estudo da realidade, da ciência e do modo como as coisas são ditas. Desse modo, ele cria um sistema de conceitos pela

linguagem em que a categoria é a expressão da natureza da coisa, bem como seu conceito em si, evidenciando a capacidade da mente em agrupar elementos parecidos e separar os que não são semelhantes. De acordo com Xavier (2008), a classificação é justamente o processo de unir e separar os coincidentes e não coincidentes, os semelhantes ou dessemelhantes; é, dito de outro modo, saber discernir o que é do que não é. Esse procedimento mental é fundamental para a forma como interagimos com o nosso ambiente. A classificação é inerente à nossa busca por compreender e dar sentido ao mundo que nos cerca e, dessa maneira, é essencial reconhecer a importância da categorização no contexto da experiência humana.

A contribuição de Aristóteles à classificação foi tão significativa que seu sistema foi a estrutura dominante para a organização do conhecimento durante um período consideravelmente longo, perdurando por cerca de dois mil anos (Vickery, 1980). Essa organização tornou-se um padrão de referência que influenciou inúmeros tipos de classificação subsequentes.

O sistema aristotélico, inicialmente, determina dez gêneros supremos que constituem as categorias, sendo eles: substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, posse, ação e paixão (Assis e Molina, 2021) – que, adiante, viriam a se tornar as classes gramaticais do português: substantivo, numeral, adjetivo, advérbio, conjunção, interjeição, pronome, preposição, artigo e verbo.

A substância é a principal dentre as categorias e à qual todas as outras fazem referência; ela não depende de outra para existir, existindo em si mesma. Já os acidentes têm uma relação parasitária com as substâncias, visto que não subsistem sozinhos e estão obrigatoriamente em um ser, mantendo, portanto, uma relação de dependência e uma posição secundária. Segundo Abbagnano (2007, p. 925), a substância é “como essência necessária; com efeito, ao pé da letra, essa expressão significa aquilo que o ser era, onde o imperfeito ‘era’ indica a continuidade ou estabilidade do ser, seu ser desde sempre e para sempre”, já os acidentes são “uma determinação ou qualidade casual ou fortuita que pode pertencer ou não a determinado sujeito, sendo completamente estranha à essência necessária (ou substância) deste” (Abbagnano, 2007, p.13).

Essa distinção encontra sua explicação na noção de inerência. Sob essa concepção, a substância ocupa uma posição primordial, enquanto as categorias secundárias assumem um papel subordinado. O cerne dessa diferenciação reside no fato

de que as categorias secundárias não possuem a qualidade de substância, uma vez que existem como atributos de algum sujeito específico. Em contrapartida, a substância primária não está contida em nenhum sujeito. Aristóteles, em *Categorias* (1995), postula que as substâncias são os próprios sujeitos que englobam as categorias secundárias, conferindo a estas últimas o atributo de inerência. Por conseguinte, os acidentes adquirem secundariedade por sua vinculação às substâncias, que servem como sua base e fundamento (Xavier, 2008).

Aranalde (2009), ao explicar a relação do uso da linguagem com a lógica aristotélica, afirma que seja por meio da escrita ou da fala, esse uso é predominantemente realizado por meio de proposições. Tais construções compreendem em sua estrutura o que o autor chama de substantivo e verbo, ou, em terminologia mais atual, sujeito e predicado. Por exemplo, na frase "Sócrates é branco", o termo 'Sócrates' desempenha o papel de sujeito, enquanto a expressão 'é branco' desempenha o papel de predicado (Aranalde, 2009). Nessa estrutura linguística, ao adotar essa forma de expressão, identifica-se essencialmente 'Sócrates' como uma substância e 'branco' como um acidente.

A brancura, assim como outras categorias, depende da existência de uma substância. Por exemplo, o peso e a estatura de Sócrates (categoria da quantidade) só existem porque Sócrates existe. Na categoria da relação, como "ser mais alto que" ou "ser maior que", a existência depende de pelo menos duas substâncias. Assim, quando se diz que Sócrates é mais alto que Xantipa, essa relação depende tanto da existência de Sócrates quanto da de Xantipa. De modo similar, as coisas na categoria da ação, como podar ou queimar uma árvore, necessitam de uma substância, como um homem que realiza a ação. Do ponto de vista do que sofre a ação, como a árvore que é podada ou queimada, fica claro que a categoria do "sofrer" também depende de uma substância, que nesse caso é a árvore (Aranaldes, 2009, p.93).

A mesma relação de dependência ocorre entre as categorias de lugar e tempo em relação à substância. Os predicados que indicam a ocupação de um lugar no espaço claramente dependem de um sujeito substancial ou, pelo menos, de algo que funcione como uma substância. Ressalta-se, ainda, que nos contextos que estamos analisando, a relação de predicação refere-se a uma conexão entre coisas, e não entre palavras. Assim, as figuras de predicação (ou categorias) representam tipos de coisas que são atribuídos aos sujeitos.

De acordo com Ackrill (1963), uma forma de classificar é por meio de perguntas específicas, com respostas limitadas. Por exemplo, a resposta para "onde?" não serve para "quando?". Essas perguntas aplicam-se a uma substância. Assim, "onde está Sócrates?" seria respondido com "Sócrates está na Ágora", e não "Sócrates é branco". A classificação foca nas expressões de predicado, aquelas que completam frases como "Sócrates é...". Além disso, podemos investigar respostas a uma pergunta geral como "o que é?", ajudando a identificar a espécie, gênero ou categoria a que pertence (Morici, 2008).

Portanto, pode-se dizer que essas dez classificações, por sua vez, representam segmentações que o pensamento humano elabora a partir da realidade, constituindo construções lógicas intrinsecamente ligadas à linguagem, que refletem fielmente as complexas interconexões presentes no mundo que nos cerca.

Em suma, o processo de categorização pode ser entendido por meio da descrição da realidade natural, em que os objetos são agrupados segundo a sua essência:

a substância (o homem), qualidade (qual é a sua figura), relação (parentesco de quem é irmão), quantidade ou estatura (quanto pés mede), ação (se faz alguma coisa), paixão (se padece), lugar (onde se acha), tempo (quando nasceu), estado (se está de pé ou sentado) e hábito (se está calçado ou armado), e sua relação com as palavras reflete a interação entre língua e pensamento (Assis e Molina, 2021, p. 24).

Seguindo essa linha de categorização, os estoicos exploraram e deram continuidade aos processos de categorização gramatical aristotélica. A escola estoica, fundada em Atenas por volta de 300 a.C., desenvolveu uma teoria da significação que se destacou por suas observações sobre a relação entre o signo linguístico e a realidade, com um foco especial no estudo da linguagem. Em alguns aspectos da filosofia e da retórica, desenvolveram métodos e doutrinas próprios, contribuindo para o avanço desses estudos (Gurpilhares e Oliveira, 2011). Além disso, eles introduziram uma nova abordagem para a análise do discurso¹¹, estudando a terminologia linguística e delimitando as categorias gramaticais expressas por nomes e verbos.

De acordo com Barros e Bittencourt (2001), os estoicos classificaram as partes do discurso, diferenciando inicialmente palavras variáveis com flexão de caso, como *onomas*

¹¹ Aqui, não confundir o termo com o campo de estudo da Análise do Discurso.

(substantivos e adjetivos) e *arthrons* (pronomes e artigos). Em seguida, identificaram palavras variáveis sem flexão de caso, categorizadas como *rhemas* (verbos). Por fim, agruparam as palavras invariáveis sob o termo *sundesmos*, que incluía preposições e conjunções. A classe dos nomes foi ainda subdividida em nomes próprios (*onoma prosegorikon* ou *prosegoria*), como "Sócrates", e nomes comuns (*onoma kurion* ou simplesmente *onoma*), como "homem". Dessa forma, o estoicismo estabeleceu um sistema que abrange cinco partes distintas do discurso.

O sistema de categorização desenvolvido por Aristóteles e os estoicos estabeleceu os fundamentos para a posterior identificação das partes do discurso, divididas em oito espécies, elaboradas por Dionísio Trácio em sua obra *Tekhné Grammatiké*. Séculos mais tarde, essas categorias vieram a tornar-se as classes gramaticais do português: substantivo, numeral, adjetivo, advérbio, conjunção, interjeição, pronome, preposição, artigo e verbo.

Como já mencionado, Dionísio Trácio, nascido em Alexandria, elaborou a primeira gramática do ocidente, editada pela primeira vez em 1715, e que viria a servir de modelo para as demais gramáticas tradicionais. A obra é um tratado metódico e sistemático da doutrina gramatical, embora não aborde a sintaxe, mas apenas a fonética e a fonologia.

A *Tekhnē Grammatikē*, uma obra que data aproximadamente do século II a.C., aborda as partes do discurso¹², que são algumas definições das "classes de palavras" conforme compreendidas hoje – embora tenha havido algumas mudanças ao longo do tempo. Os constituintes da frase elencados por Dionísio têm fundamento direto nas categorias delimitadas por Aristóteles, que foram examinadas anteriormente: substância, qualidade, relação, quantidade ou tamanho, ação, paixão e lugar.

Partindo da tradição filosófica, Dionísio

reúne os nomes próprios e comuns dos estoicos em uma só classe, separa os participios da classe dos verbos e coloca os pronomes e as preposições em classes independentes dos artigos e conjunções, respectivamente. Chega, assim, a um total de oito "partes do discurso". (Vieira, 2018, p. 55)

¹² Em trabalho que se tornou referência em língua portuguesa, Chapanski (2003) oferece uma possível tradução da obra ao português, que é uma produção bastante relevante. No seu texto, entretanto, Chapanski optou por usar o termo "partes da frase", numa tradução que se diferencia da maioria dos usos dos autores brasileiros, inclusive de traduções estrangeiras. Conhecedores da questão, manteremos aqui o uso de "partes da oração".

De fato, a organização das partes do discurso em oito categorias desempenhou um papel relevante no desenvolvimento subsequente dos estudos gramaticais. Esse sistema de categorização manteve-se em vigor até o final da Idade Média, com uma única exceção: a ausência da classe de artigos na língua latina (uma vez que não existiam artigos nos sintagmas nominais latinos), sendo essa lacuna preenchida pelas interjeições, conforme atestado pelos gramáticos como Donato¹³ e Prisciano¹⁴ (Vieira, 2018).

Considerações finais

Nossa proposta de artigo, vinculada ao dossiê “Perspectivas históricas nos estudos linguístico-gramaticais”, buscou apresentar uma sistematização possível para o surgimento das classes de palavras dentro da tradição gramatical grega, com destaque para o período antigo e a construção filosófica/filológica do período que, passando pelos pré-socráticos, por Sócrates, Platão, Aristóteles e os estoicos encontra em Dionísio Trácio, no século II a.C. a sua contribuição mais importante.

Diferentes autores, como Borges Neto (2023), Azeredo (2021), Vieira (2018; 2015) e Neves (2005), para citar apenas alguns, mostram como, a partir de Dionísio Trácio, praticamente todos os autores ocidentais adotaram esse modelo de gramática, sendo ainda hoje, no século XXI, a maior e principal influência das produções contemporâneas, ainda que tenham acontecido algumas alterações no percurso; “é nesse trabalho que se encontra um rol de oito partes do discurso (classes de palavras), ratificado ao longo dos séculos e que perdura nos dias de hoje: nome, verbo, participio, pronome, artigo, advérbio, conjunção e preposição” (Azeredo, 2021, p. 302); “por esse motivo, Trácio começa toda uma tradição que permite a sucessão de outros gramáticos, que, junto com ele, formam as bases da gramática no Ocidente” (Silva, 2018, p. 2)

Nosso texto, portanto, buscou tratar de um primeiro movimento desse percurso na história do pensamento gramatical, sendo uma possível contribuição para a

¹³ séc. IV d.C.

¹⁴ séc. VI d.C.

gramaticografia. Esperamos que, a partir disso, os leitores possam encontrar subsídios para suas pesquisas.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1026 p.

ACKRILL, John L. **Aristotle's Categories and De Interpretatione**. Oxford: University Press, 1963.

ARANALDE, M. M. **Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan**. In: *Ciência da Informação*, v. 38, n. 1. Porto Alegre: 2009. 23 p. DOI: 10.18225/ci.inf.v38i1.1257. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1257>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. António C. Amaral e Carlos C. Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

ARISTÓTELES. **Órganon**. São Paulo: Editora Edipro. 2016

ASSIS, Lúcia Maria; MOLINA, Márcia. **Gramática e Partes do Discurso**. ANTHESIS. In: *Revista de Letras e Educação da Amazônia Sul-Occidental*: V. 9, N. 16, p. 19-31, jul.-dez., 2021.

AZEREDO, J. C. S. **Classes de palavras: um percurso crítico com vista a uma meta didática**. In: *Confluência*, v. 1, p. 296-323, 2021.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011. 1056 p.

BARROS, Luiz Martins Monteiro de; BITTENCOURT, Teresina Maria F. P. **Evolução e influência do pensamento grego sobre a classificação de palavras**. In: *CADERNO DE LETRAS*. Niterói: UFF, Instituto de Letras, 2001, nº 23.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Historiografia da Linguística**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

BORGES NETO, José. **História da gramática**. Editora da UFPR, Paraná, 2023.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHAPANSKI, Gissele. **Uma tradução da tékhne grammatiké, de Dionísio Trácio, para Português**: Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

GUEIROS, L. ; VIEIRA, F. E. . O que é Historiografia da Linguística?. In: PEDROSA, J. L. R.; VIEIRA, F. E. (orgs.). **Linguística e formação do professor de língua portuguesa: múltiplas orientações**. 1 ed. João Pessoa, PB: Editora UFPB; 2022;

GURPILHARES, Marlene Silva Sardinha; OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Gramática e sociedade**. In: Revista Ângulo (FATEA. Impresso), v. 1, n. 127, p. 19-24, 2011.

HOMERO. *Íliada*. São Paulo: Editora 34, 2020.

KALTNER, Leonardo Ferreira.. *Historiografia da Linguística e Gramaticografia: fundamentos teórico-metodológicos*. n: WINDLE, J. A.; SAAVEDRA, M. M. G. (orgs.). **História, política e contato linguístico**. Niterói: EdUFF, 2023

KOERNER, E.F.K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Braga: Publito, Estúdio de Artes Gráficas, 2014

LOBATO, L. M. P. **Sintaxe gerativa do português da teoria padrão à teoria da regência e ligação**. Belo Horizonte: Vigília, 1986

MADJAROF, R. **Mundo dos Filósofos**. Disponível em: <http://www.mundodosfilosofos.com.br/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2025. site em manutenção, não dá para conferir

MORICI, Igor Mota. **As categorias de Aristóteles e suas categorias**. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Editora UNESP, 2005

NEVES, Maria Helena de Moura. **Dicionário grego-português**. Cotia, SP: Ateliê Editorial e Mnema, 2022

ROHDEN, Luiz. **O poder da linguagem: a arte retórica de Aristóteles**. EDIPUCRS, 1997.

ROMA, E. C.; HEINE, L. M.; SOARES, M. da C. S. **Considerações sobre a história da linguística na antiguidade clássica**. Inventário, [S. l.], n. 26, p. 332–349, 2020

ROSSETTI, Livio. Estratégias no tratamento das paixões (de Antifonte a Sócrates). In: **Revista Hypnos**, ano 14, n. 20, 2008

SILVA, F. S.; Tékhne grammatiké: alguns apontamentos. **Revista Primordium**, v. 3, n. 6, jul.–dez. 2018, p. 1–8.

SOUSA, José Cavalcante de. **Os pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários.** São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

SWIGGERS, P. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. In: BATISTA, R. de O. (Org.). **Historiografia da Linguística.** São Paulo: Contexto, 2019

VICKERY, Brian C. **Classificação e indexação nas ciências.** Rio de Janeiro: BNG, 1980.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica.** São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização.** Tese de Doutorado (Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

XAVIER, Beatriz Rêgo. **As categorias de Aristóteles e o conhecimento científico.** In: Pensar-Revista de Ciências Jurídicas, v. 13, n. 1, p. 57-64, 2008.

Brief philosophical-grammatical trajectory of the parts of speech (word classes) in the work of Dionysius Thrax

Abstract

That word classes – or, to use terms more specific to our proposal, “parts of speech” – are a contribution from the Greeks to us is something already known and attested by different authors and works, such as Borges Neto (2023), Azeredo (2021), Vieira (2018; 2015) and Neves (2005), to cite a very brief list. Even so, the theme is quite relevant and pertinent to our times, especially when we consider the linguistic-grammatical production of the 20th century and, even more particularly, of the 21st, with all the changes in perspective given by linguistics. Returning to the past, in a game of historiographical reading and interpretation (Kaltner, 2023; Gueiros and Vieira, 2022; Batista, 2019; Swiggers, 2019; Koerner, 2014), becomes, therefore, fundamental. Our text, thus aims to present a brief trajectory of the concept of parts of speech, in Dionysius Thrax Thrax, returning to its premises and bases to find in philosophical discourse the origins of this thought that is perpetuated and that, with modifications, persists even today (Vieira, 2018).

Keywords: Dionysius Thrax. Grammar. Historiography. History of grammar. Parts of speech.

Recebido em: 19 de fevereiro de 2025.

Aceito em: 04 de abril de 2025.